COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir as ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da Federação inadimplentes.

Autor: Deputada LUIZIANNE LINS
Relator: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I - RELATÓRIO

A Proposição sob exame modifica a Lei de Responsabilidade fiscal, no Capítulo referente às transferências voluntárias – art. 25, § 3º -, que exclui das sanções de suspensão as transferências relativas a ações de educação, saúde e assistência social, para acrescentar as ações de combate à violência contra a mulher.

Em sua Justificação, a Autora alega que, apesar dos avanços na legislação – como, por exemplo, com a Lei Maria da Penha e a lei do feminicídio -, ainda estamos longe de uma solução definitiva para os problemas existentes. Se há o reconhecimento de que as três áreas hoje contempladas não podem sofrer interrupção em suas ações, não há por que não estender o mesmo tratamento ao combate à violência contra a mulher, pelo esforço incessante que deve ser dedicado a situações que afetam a vida de tantas pessoas fragilizadas em uma sociedade tão marcadamente machista.

O Projeto tramita em regime de prioridade e está sujeito à apreciação do Plenário. Depois do exame desta Comissão, haverá manifestação da Comissão de Finanças e Tributação, quanto aos aspectos de compatibilidade e adequação, e quanto ao mérito, e, na última etapa nos

órgãos técnicos da Casa, caberá o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

A par das discussões presentes sobre a necessidade de aumentar a participação da mulher na representação política brasileira, salta aos olhos a disseminação da cultura da violência, atingindo os grupos mais vulneráveis da sociedade, o que reforça a necessidade de vigorosas e permanentes ações, pelos Poderes Públicos, que preservem a integridade física e moral, e a própria vida dessas pessoas.

A suspensão de transferências voluntárias da União para os demais entes, nas circunstâncias listadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não pune apenas os Estados e Municípios, mas principalmente as potenciais beneficiárias das políticas nacionais de proteção às mulheres.

Dados do Mapa da Violência de 2015 mostram que, entre 2003 e 2013, o número de vítimas de homicídio do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, com um aumento de 21% na década. Nossa taxa de homicídios é a quinta maior do mundo em um ranking de 83 países, segundo a OMS.

Em 2014, o SUS atendeu 23.630 mulheres vítimas de violência sexual. Dados da Central de Atendimento à Mulher registrou em 2015 cerca de 10 casos de violência sexual por dia, com um aumento de 165,27% no número de estupros em relação ao levantamento anterior, computando a média de oito estupros por dia, um a cada três horas. Como é notório o sub-registro desse tipo de ocorrência, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública estima que possam ter ocorrido entre 136 mil e 476 mil casos em 2014, o que significaria uma mulher estuprada a cada 11 minutos no País.

Fatos como esses ganham notoriedade quando a imprensa repercute amplamente algum crime trágico, quando então a sociedade se vê diante do grave problema representado pela violência contra a mulher. Todavia, no cotidiano da sociedade brasileira, a violência contra a mulher é invisibilizada ao ser justificada ou mesmo tolerada, por uma cultura misógina que ainda, lamentavelmente, persiste em nosso país.

Neste sentido, é inadmissível que a questão não se coloque entre as prioridades nacionais, em relação às quais não há como justificar a suspensão das transferências voluntárias em casos em que tenha havido descumprimento de dispositivos da legislação orçamentária. Em outros termos, não há como excepcionar apenas a educação, a saúde e a assistência social para efeito de assegurar a fluidez dos recursos destinados às ações nas respectivas áreas, até mesmo pela interconexão entre elas e o combate à violência contra a mulher.

Por todas essas razões, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2016.

Sala da Comissão, em de junho de 2016.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora